

RELATO DE EXPERIÊNCIA*

**História Indígena, o que é que cê’ diz?: Perspectivas de futuros docentes estagiários do CDHIS
sobre a Lei Nº 11.645 no ofício e na universidade**

Otávia Garcia de Souza Longo¹

RESUMO

Esse relato de experiência discute percepções de alunos licenciandos de História que estagiam no Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS) a respeito da Lei Nº 11.645, especificamente sobre o ensino de História Indígena no âmbito universitário e sobre suas expectativas a respeito do exercício docente relacionado à lei. Os objetivos desta atividade foram verificar se houve mudança (ou não) do paradigma de ensino de História Indígena no contexto da efetivação da lei desde 2008 e compreender a expectativa dos discentes a respeito de sua própria atuação no futuro e comparar estes dados com os de pesquisas já realizadas na área. A pesquisa possibilitou atestar que existe uma concepção de mudança mínima no espaço universitário e que se carrega ainda premissas ultrapassadas a respeito da aplicação do conteúdo da lei em sala, o que é corroborado por pesquisas similares. Isso demonstra que é necessária uma formação que propicie mais oportunidades na área de História Indígena, assim como maior contato com a lei e melhor planejamento institucional por parte das escolas.

Palavras-chaves: Lei Nº 11.645, História Indígena, universidade, escola, ensino

¹ Cursanda em História-Licenciatura na Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, oitongolongo@gmail.com, <https://lattes.cnpq.br/9763351787941778>

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 4ª ED. REALIZADO 10 DE FEVEREIRO A 13 DE ABRIL DE 2024.

INTRODUÇÃO

Esse texto tem como objetivo descrever entrevistas conduzidas com estagiários do Centro de Documentação e Pesquisa em História que são estudantes de História na Universidade Federal de Uberlândia a respeito de suas perspectivas sobre o ensino de História Indígena no currículo universitário e suas expectativas em relação a aplicação da Lei Nº 11.645 em sala durante sua atuação docente. A Lei Nº 11.645 torna obrigatório o ensino da cultura e história dos povos indígenas em todo o currículo escolar. Essa pesquisa foi impulsionada por uma atividade de encerramento do Curso de Formação Continuada de História e Cultura Indígena em sua quarta edição.

Tem como objetivo reunir informações de modo a construir um panorama localizado das percepções em torno da Lei Nº 11.645 e compará-las com as discussões já levantadas sobre o assunto, especificamente por aqueles envolvidos no ensino de História, identificando permanências e diferenças.

DESENVOLVIMENTO

As primeiras etapas da pesquisa foram desenvolvidas durante o próprio curso de História e Cultura Indígena, onde já foram delimitados o tema e a natureza da aplicação do projeto. Logo em seguida uma data para as entrevistas foi determinada. Uma breve discussão com os estagiários foi agendada e ao final do expediente efetivada uma entrevista semiestruturada constituída de duas perguntas principais: se pensavam que o panorama do Ensino Indígena na universidade mudou desde a época da efetivação da Lei Nº 11.645, e de que formas, e como eles imaginavam e planejavam abordar a aplicação dos temas referentes à lei em sala de aula no futuro.

As respostas a estas entrevistas foram registradas manualmente, e após leitura e análise foram sistematizadas em categorias temáticas, as quais apresento a seguir.

RESULTADOS

Foram entrevistados quatro estagiários em etapas diferentes de sua formação como historiadores. Inicialmente, foram questionados a respeito de suas percepções, experiências e sugestões sobre o ensino de História Indígena na universidade hoje e em comparação ao contexto de efetivação da lei. Apesar de suas disparidades no tempo de formação, as respostas a respeito da mudança das condições de ensino na faculdade de História Indígena foram uniformes: acreditam que a formação é insuficiente, ainda que estabeleça uma base razoável para pesquisa própria. Essa compreensão de insuficiência no ensino docente é respaldada em observações feitas em outras pesquisas semelhantes, ainda que se perceba uma movimentação iniciada pelos professores, mas não inserida num plano de âmbito institucional escolar (Paladino, Russo, 2016). Alunos mais antigos reclamaram do ensino por professores não-especialistas, enquanto os mais novos adicionaram que há poucos centros de estudo do tema e ainda menor acesso a eles. Sugestões como a elaboração de novos projetos e adição de matérias optativas tanto na própria graduação como em pós-graduações foram feitas.

Uma segunda parte da pesquisa se deu a partir do questionamento de como planejavam aplicar a lei em sala de aula. A maior parte das respostas indicou que aplicariam o tema através de um viés cultural. Ponderaram a inserção do tema através da regionalização, apontamento das diferenças étnicas e de sua herança no Brasil. Tentariam trazer até mesmo noções de comércio. O teor episódico – a abordagem do tema em momentos ou datas específicas – e cultural descrito por Paladino e Russo se apresenta aqui também, com uma noção e aplicação de interculturalidade rasas em sala de aula, não levando em conta discussões críticas ao tema, que descentralizem o olhar branco (Leão, 2021) ou pensem num panorama transversal de ensino (Freitas Neto, 2009).

CONCLUSÃO

Pesquisas similares corroboram o pessimismo em relação ao panorama de ensino de história indígena na atualidade, bem como a ideia de aplicação do tema através de um viés cultural e episódico, sem levar em conta noções de transversalidade. Ainda que tentem pensar

em interculturalidade, a análise não é realizada de forma crítica, para além do horizonte centrado no europeu. Assim, é possível concluir que isso é um reflexo da percepção inicial de insuficiência do ensino e do pouco contato com a lei em si durante a formação. Faz-se necessária uma formação docente mais incisiva no que diz respeito ao entendimento da lei e que propicie mais oportunidades dentro da faculdade para o ensino da História Indígena, assim como maior planejamento institucional por parte das escolas em relação ao tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTE, Maria da Paz; FONTENELE, Zilfran Varela. Práticas docentes no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, e204249, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046204249>. Acesso em: 06 de abril de 2024.

FREITAS NETO, José Alves de. A transversalidade e renovação no ensino de História. *In*: KARNAL, Leandro. (org.). **História na sala de aula Conceitos, práticas e propostas**. 5º ed, São Paulo, Contexto, 2009, P. 57-74.

LEÃO, Cleber Teixeira. Branquitude, Ensino de História e Educação das relações étnico-raciais: um estudo com turmas do ensino fundamental do Rio Grande do Sul. *In*: BAUER, C. S.; PACIEVITCH, C.; SCHIMDT, B.; (org.). **Ensino de História Diferenças e Desigualdades**. São Leopoldo, Editora Oikos, 2021, P. 73-88.

PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. A lei n. 11.645 e a visão dos professores do rio de janeiro sobre a temática indígena na escola. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 67, P. 897-921, out.-dez. 2016.